



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

**CLIPPING**  
**13 de abril**  
**de 2021**

## 28 anos da FUNAC: desafios e ressignificações (2)

**SORIMAR SABÓIA AMORIM**

Passados 28 anos da criação da Fundação da Criança e do Adolescente - FUNAC, podemos nos perguntar o que de fato mudou na execução de medidas socioeducativas e qual o legado podemos apontar para a vida dos adolescentes e jovens atendidos pelo sistema socioeducativo de restrição e privação de liberdade do Estado, principalmente nos anos relativos ao atual Governo.

Podemos destacar, inequivocamente, que o combate à violência institucional para a concretização da Doutrina da Proteção Integral no âmbito das Unidades de Atendimento tem atenção principal. Primamos pela garantia dos direitos fundamentais e necessidades básicas dos adolescentes para o seu desenvolvimento biopsicossocial, cômicos de que devemos prezar pela dignidade da pessoa humana, principalmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade e que precisam da proteção, amparo e promoção pelo poder estatal; neste caso, adolescentes autores de infracional e que precisam vivenciar novas atitudes e valores baseados no respeito, na tolerância, na disciplina, no afeto, resgatando o amor pelo outro e por si mesmo, restabelecendo vínculos familiares e comunitários. Romper com o imaginário do "não direito", ressignificar a responsabilização com diálogo, resolução pacífica de conflitos em vez do açoite, buscar a sanção regimentada pelo conjunto de normas institucionais em vez da tortura, assim como superar posturas e falas baseadas no conhecimento empírico, discriminatório e estigmatizante do sujeito, dando lugar para espaços dialógicos fundamentados no conhecimento técnico-científico, têm sido desafios constantes.

A mudança de paradigma da punição pela ação socioeducativa, baseada na empatia, na comunicação dialógica e não violenta (sem julgamentos), mas a partir da necessidade do outro, nos princípios das práticas restaurativas implantadas pelas equipes das Unidades da FUNAC é um esforço orientado pelos valores institucionais de respeito aos direitos humanos e às diferenças e a crença na possibilidade de transformação das pessoas.

Nossa ferramenta de trabalho é o diálogo e todas as ações são orientadas pelo Projeto Político Pedagógico. Além disso, implantamos a segurança

socioeducativa necessária para garantir um ambiente seguro e protegido para os adolescentes e servidores das Unidades de Atendimento, direcionado pelo Plano de Segurança e os Procedimentos Operacionais Padrão - POP's.

Possuímos duas Coordenações de Segurança, com seus respectivos grupos de intervenção tática, sendo uma na Grande Ilha e a outra regionalizada para atender as Unidades de Imperatriz e Timon. Hoje é possível mediar e administrar situações limites por meio dessa equipe.

Para gerenciar um atendimento tão complexo e desafiador, como esse executado pela FUNAC, adotamos a gestão democrática e participativa, utilizada pela equipe do staff da Fundação e gestão operacional das Unidades, com sistemática de reuniões semanais, para nivelamentos das informações, planejamento, monitoramento e avaliação de ações e tomada de decisão compartilhada. Adotamos a descentralização da gestão no processo de condução e decisão, pois a maioria das Unidades de Atendimento possui 05 gestores (Diretor, Vice-diretor, coordenador técnico, de Segurança e de Higiene e Alimentos), que planejam a rotina semanal das Unidades e as estratégias de enfrentamento dos problemas cotidianos, cujas decisões são tomadas de forma democrática e compartilhada.

Além disso, são realizadas assembleias com os servidores para nivelamento de informações e procedimentos e encaminhamentos e assembleias com adolescentes para que também participem dos processos decisórios. Operamos sem superlotação, sendo o aumento de vagas de 185 para 385 e de 08 Unidades para 12, fator preponderante para minimizar situações de crise, assim como o vídeo monitoramento e as melhorias na infraestrutura das Unidades têm tornado mais humanizado o ambiente de privação de liberdade. A formação permanente e continuada dos servidores, por meio da Escola de Socioeducação do Maranhão, tem fortalecido e qualificado nossa atuação, contribuindo assim para uma intervenção mais assertiva. Outro aspecto importante a destacar é a implantação do Serviço de Atenção ao Servidor, para aqueles que precisam de apoio e suporte psicológico e social.

Também não poderíamos deixar de citar o investimento no sistema de dados da Fundação - SIDAF, que organizou as informações dos adolescentes e o atendimento dispensado a eles, desde o ingresso até o acompanhamento ao egresso.

Outra ferramenta para a gestão do atendimento socioeducativo é o Planejamento Estratégico, que estabelece nossas ações prioritárias, metas, indicadores e resultados. Trata-se de um processo de construção e avaliação permanente com vistas à otimização das ações socioeducativas e melhor aproveitamento de nossos recursos humanos e financeiros.

Tudo isso só tem sido possível em virtude do maior investimento orçamentário e financeiro do Governo Flávio Dino, inclusive como previsão no PPA. Saímos de R\$ 22.556.017,00 em 2014 para R\$ 53.684.146,38,00, representando um aumento de 238%, colocando assim a socioeducação na pauta de prioridades da Gestão Pública Estadual.

**Site:**

**<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.339.orig.pdf>**

# Polícia prende em flagrante homem suspeito de agredir ex-companheira

PAÇO DO LUMIAR - A Polícia Militar do Maranhão (PMMA) prendeu, em flagrante, um homem suspeito de ter agredido sua ex-companheira, de 21 anos, nessa terça-feira (12), no bairro Quinta, em Paço do Lumiar, na Região Metropolitana de São Luís.

Segundo informação da polícia, o suspeito, de 34 anos, é conhecido como 'Cafeteira', foi preso pelos crimes de ameaça, injúria e lesão corporais agravadas na Lei Maria da Penha.

Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha estabelece que todo o caso de violência doméstica e intrafamiliar é crime, deve ser apurado através de inquérito policial e ser remetido ao **Ministério Público**. Esses crimes são julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica contra a Mulher, criados a partir dessa legislação, ou, nas cidades em que ainda não existem, nas Varas Criminais.

A lei também tipifica as situações de violência doméstica, proíbe a aplicação de penas pecuniárias aos agressores, amplia a pena de um para até três anos de prisão e determina o encaminhamento das mulheres em situação de violência, assim como de seus dependentes, a programas e serviços de proteção e de assistência social. A Lei n. 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, passou a ser chamada Lei Maria da Penha em homenagem à mulher cujo marido tentou matá-la duas vezes e que desde então se dedica à causa do combate à violência contra as mulheres.

**Site:** <https://imirante.com/paco-do-lumiar/noticias/2021/04/13/policia-prende-em-flagrante-homem-suspeito-de-agredir-ex-companheira.shtml>

# Homicida foragido da Justiça do Piauí é preso em Timon

(Foto: Ilustração)

Policiais civis do 1º Distrito Policial de Timon cumpriram, nessa segunda-feira (12), mandado de prisão preventiva em desfavor de um homem, de 41 anos, homicida foragido da Justiça do Piauí .

Em trabalho conjunto com a Polícia Militar do Piauí, o suspeito foi encontrado escondido no bairro Mutirão, em Timon. O homem, que não teve o nome divulgado, é acusado pelo **Ministério Público** de ter matado uma pessoa por motivo fútil. O crime ocorreu no dia 21 de fevereiro de 2009, no bairro Barro Vermelho, situado na cidade de Betânia-PI.

O acusado, conforme a promotoria, teria dado uma facada na vítima após uma discussão e briga com tacos de sinuca em um bar.

O acusado foi levado a Central de Flagrantes de Timon e depois dos procedimentos necessários, será encaminhado ao sistema penitenciário piauiense.

**Site:** <https://jornalpequeno.com.br/2021/04/13/homicida-foragido-da-justica-do-piaui-e-presos-em-timon/>

# Prefeitura de Mirador cancela compra de creme vaginal

A Prefeitura de Mirador, comandada por Domingas Cabral, cancelou a compra de 10 mil bisnagas de creme vaginal orçada em mais de R\$ 100 mil após denúncia do Blog do Neto Ferreira .

O anúncio foi assinado pela secretária de Administração e Finanças de Mirador, Josinete Rodrigues da Costa, e publicado no dia 8 de Abril no Diário Oficial dos Municípios do Maranhão.

No dia 12 de março, a gestão de Cabral celebrou um contrato de R\$ 4,2 milhões com a empresa J.J. Gomes Mota Eireli, mais conhecida como Distribuidora Ceará, localizada em Alto Alegre do Maranhão e de propriedade de José Jocélio Gomes Mota, para obter o fornecimento de Medicamentos de Farmácia Básica, Material de Consumo Hospitalar, Medicamentos Hospitalar, Material de Consumo PSF e de Consumo Bucal.

Dentro desse acordo contratual havia a aquisições de itens com valores estratosféricos, como o creme vaginal na quantia de R\$ 116 mil e agulhas e seringas orçadas em R\$ 476 mil.

No final do mês passado, o Blog denunciou o gasto e trouxe à tona os detalhes (veja aqui e aqui) .

O **Ministério Público**, por meio do promotor de Colinas, que responde pela Comarca de Mirador, **Aarão Carlos Lima Castro**, se manifestou sobre o caso e afirmou que será aberta uma Notícia de Fato para apurar as informações (relembre) .

O Parquet quer saber quais fatores motivaram o Executivo Municipal a adquirir medicamentos e materiais em grande quantidade.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

**Site:**

<http://www.netoferreira.com.br/poder/2021/04/prefeitura-de-mirador-cancela-compra-de-creme-vaginal/>

## 28 anos da FUNAC: desafios e ressignificações (2)

**SORIMAR SABÓIA AMORIM**

Passados 28 anos da criação da Fundação da Criança e do Adolescente - FUNAC, podemos nos perguntar o que de fato mudou na execução de medidas socioeducativas e qual o legado podemos apontar para a vida dos adolescentes e jovens atendidos pelo sistema socioeducativo de restrição e privação de liberdade do Estado, principalmente nos anos relativos ao atual Governo.

Podemos destacar, inequivocamente, que o combate à violência institucional para a concretização da Doutrina da Proteção Integral no âmbito das Unidades de Atendimento tem atenção principal. Primamos pela garantia dos direitos fundamentais e necessidades básicas dos adolescentes para o seu desenvolvimento biopsicossocial, cômicos de que devemos prezar pela dignidade da pessoa humana, principalmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade e que precisam da proteção, amparo e promoção pelo poder estatal; neste caso, adolescentes autores de infracional e que precisam vivenciar novas atitudes e valores baseados no respeito, na tolerância, na disciplina, no afeto, resgatando o amor pelo outro e por si mesmo, restabelecendo vínculos familiares e comunitários. Romper com o imaginário do "não direito", ressignificar a responsabilização com diálogo, resolução pacífica de conflitos em vez do açoite, buscar a sanção regimentada pelo conjunto de normas institucionais em vez da tortura, assim como superar posturas e falas baseadas no conhecimento empírico, discriminatório e estigmatizante do sujeito, dando lugar para espaços dialógicos fundamentados no conhecimento técnico-científico, têm sido desafios constantes.

A mudança de paradigma da punição pela ação socioeducativa, baseada na empatia, na comunicação dialógica e não violenta (sem julgamentos), mas a partir da necessidade do outro, nos princípios das práticas restaurativas implantadas pelas equipes das Unidades da FUNAC é um esforço orientado pelos valores institucionais de respeito aos direitos humanos e às diferenças e a crença na possibilidade de transformação das pessoas.

Nossa ferramenta de trabalho é o diálogo e todas as ações são orientadas pelo Projeto Político Pedagógico. Além disso, implantamos a segurança

socioeducativa necessária para garantir um ambiente seguro e protegido para os adolescentes e servidores das Unidades de Atendimento, direcionado pelo Plano de Segurança e os Procedimentos Operacionais Padrão - POP's.

Possuímos duas Coordenações de Segurança, com seus respectivos grupos de intervenção tática, sendo uma na Grande Ilha e a outra regionalizada para atender as Unidades de Imperatriz e Timon. Hoje é possível mediar e administrar situações limites por meio dessa equipe.

Para gerenciar um atendimento tão complexo e desafiador, como esse executado pela FUNAC, adotamos a gestão democrática e participativa, utilizada pela equipe do staff da Fundação e gestão operacional das Unidades, com sistemática de reuniões semanais, para nivelamentos das informações, planejamento, monitoramento e avaliação de ações e tomada de decisão compartilhada. Adotamos a descentralização da gestão no processo de condução e decisão, pois a maioria das Unidades de Atendimento possui 05 gestores (Diretor, Vice-diretor, coordenador técnico, de Segurança e de Higiene e Alimentos), que planejam a rotina semanal das Unidades e as estratégias de enfrentamento dos problemas cotidianos, cujas decisões são tomadas de forma democrática e compartilhada.

Além disso, são realizadas assembleias com os servidores para nivelamento de informações e procedimentos e encaminhamentos e assembleias com adolescentes para que também participem dos processos decisórios. Operamos sem superlotação, sendo o aumento de vagas de 185 para 385 e de 08 Unidades para 12, fator preponderante para minimizar situações de crise, assim como o vídeo monitoramento e as melhorias na infraestrutura das Unidades têm tornado mais humanizado o ambiente de privação de liberdade. A formação permanente e continuada dos servidores, por meio da Escola de Socioeducação do Maranhão, tem fortalecido e qualificado nossa atuação, contribuindo assim para uma intervenção mais assertiva. Outro aspecto importante a destacar é a implantação do Serviço de Atenção ao Servidor, para aqueles que precisam de apoio e suporte psicológico e social.

Também não poderíamos deixar de citar o investimento no sistema de dados da Fundação - SIDAF, que organizou as informações dos adolescentes e o atendimento dispensado a eles, desde o ingresso até o acompanhamento ao egresso.

Outra ferramenta para a gestão do atendimento socioeducativo é o Planejamento Estratégico, que estabelece nossas ações prioritárias, metas, indicadores e resultados. Trata-se de um processo de construção e avaliação permanente com vistas à otimização das ações socioeducativas e melhor aproveitamento de nossos recursos humanos e financeiros.

Tudo isso só tem sido possível em virtude do maior investimento orçamentário e financeiro do Governo Flávio Dino, inclusive como previsão no PPA. Saímos de R\$ 22.556.017,00 em 2014 para R\$ 53.684.146,38,00, representando um aumento de 238%, colocando assim a socioeducação na pauta de prioridades da Gestão Pública Estadual.

**Site:**

**<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.339.orig.pdf>**